

## **O desafio da relação acadêmica com a obra de Rudolf Steiner <sup>1</sup>**

**Ralf Rickli**

<http://ralf.r.tropis.org>

Este capítulo sobre experiência acadêmica oferece oportunidade para uma consideração sucinta sobre uma questão que merece estudos amplos e aprofundados a serem empreendidos por não só um pesquisador, mas quem sabe por gerações. Trata-se de que uma parte das referências teóricas e práticas do presente trabalho, bem como as do próprio curso Pedagogia da Arte da Paz, têm origem direta ou indireta na obra do pensador austríaco Rudolf Steiner (1861-1925). Isso não é alterado pelo fato de o eixo principal do desenvolvimento e a apresentação do trabalho não ser de natureza bibliográfica e sim biográfica, pois também essa biografia inclui momentos de estudo e de trabalho em instituições de inspiração steineriana ou – para usar o termo do próprio Steiner – antroposófica.

Seria possível simplesmente omitir que existem tensões no relacionamento entre o pensamento de Rudolf Steiner e os critérios de cientificidade amplamente aceitos no mundo acadêmico mundial, mas isso seria perder a oportunidade de propor caminhos para o enfrentamento dessa questão. E quero crer que os mais de trinta anos de estudo em ambos os lados, juntamente com a experiência de ter realizado traduções analíticas de cinco livros de Rudolf Steiner a partir do original alemão, e revisões cotejadas e igualmente analíticas de traduções alheias de outros três, possam talvez fornecer alguma base para sugestões nesse sentido.

Depois de um longo período de resistência, as últimas duas décadas têm testemunhado um crescente reconhecimento de que os resultados da abordagem steineriana à educação são inequivocamente muito bons – talvez

---

<sup>1</sup> Este artigo é a transcrição – por enquanto literal – da seção 1.11.2 de minha monografia *Aos que podem salvar o mundo: a Filosofia e Pedagogia do Convívio e seu apelo por uma nova consciência & arte dos pais* (RICKLI 2009a). Assim que possível pretendo fazer uma revisão no sentido de dar-lhe mais autonomia como artigo, bem como no de sua articulação com o artigo-irmão (não incluído na referida monografia) *Escola Nova, Teosofia, UNESCO e Pedagogia Waldorf: um enredo novelesco e suas possíveis lições* (RICKLI 2009b, disponível em <[www.tropis.org/biblioteca/escolanovaoculta.pdf](http://www.tropis.org/biblioteca/escolanovaoculta.pdf)>).

melhores que os de qualquer outra abordagem pedagógica atual.<sup>2</sup> Do mundo das universidades alemãs, esse reconhecimento tem partido inclusive de um cientista da educação como Heiner Ullrich, que em 1988 escrevera um dos mais duros ataques já publicados (levando em consideração apenas os intelectualmente honestos) contra as idéias de Rudolf Steiner. Meros seis anos depois, porém, Ullrich publicava na revista *Prospects*, da UNESCO, um artigo recomendando atenção à Pedagogia Waldorf, apresentando-a mais ou menos como “o patinho feio” das pedagogias renovadas do começo do século XX e admitindo que seus resultados vinham sendo notáveis, ainda que a teoria em que vinham embasados deixasse interrogações (ULLRICH 1994). E em 2007 foi Ullrich quem prefaciou a mais substancial coleção já publicada de estudos empíricos sobre os resultados de longo prazo da educação Waldorf – cujo saldo se mostra soberbamente positivo (BARZ e RANDOLL 2007).<sup>3</sup>

Ainda assim, é bom chamar atenção ao que foi que Ullrich subscreveu: em suas próprias palavras, uma coleção de *estudos empíricos*.

Tomemos em contraste as reações aos incipientes movimentos de Educação Waldorf com financiamento público tanto nos EUA (30 escolas conveniadas em 2007 – EN.WIKIPEDIA 2007) quanto na Austrália (5 escolas conveniadas em 2007 – idem, ibidem). Nos dois países houve ações na justiça contra esse financiamento (WALDORF 2009, EN.WIKIPEDIA 2007, PLANS 2007) – e mesmo que, até onde sei, os demandantes tenham perdido todas essas ações, é de justiça que se deixe claro que não haviam questionado as práticas Waldorf em si, nem pretendido calar ninguém; o que se questionou é que fosse paga com dinheiro público uma formação de professores onde se estariam fornecendo *crenças* à guisa de embasamento teórico, em lugar de teorias aceitas consensualmente como científicas.

Ora, essa é em si uma objeção séria: foi uma grande conquista das democracias modernas que o Estado tenha sido impedido de distribuir recursos considerados públicos para um ou outro grupo de crença, ou então teria que distribuir a todos – e *não* se pode desconsiderar que a ação de alguns desses grupos pode ser de natureza sectária e contrariar os interesses do bem comum.

---

<sup>2</sup> Não é possível neste momento uma consideração devidamente referenciada de outros campos que também contam com práticas de inspiração steineriana (como a agricultura, medicina, farmacologia, economia etc).

<sup>3</sup> Para um trabalho sobre a inserção dos ex-alunos Waldorf no Brasil, bem menor porém significativo, ver SAB 2007. O artigo de Ullrich de 1994 é comentado sob ainda outros aspectos no “artigo irmão” deste (RICKLI 2009b).

E como um grupo – como por exemplo os antropósofos – poderia pretender ser exceção a essa salvaguarda geral?

Aqui costumamos encontrar a resposta de que antroposofia *não* é crença, e sim uma modalidade de ciência – ciência do espiritual, porém ciência. Assim, afinal, a definiu Rudolf Steiner na quase totalidade das suas obras: *Geisteswissenschaft*.

Mas também aqui precisamos tentar entender o lado do outro: o que está sendo requerido não é meramente que um discurso se auto-identifique como “ciência”, e sim que ele esteja dentro de certos parâmetros que são reconhecidos consensualmente como “ciência” pela maioria da comunidade científica. Não há como afirmar que esses parâmetros estejam sempre corretos; na verdade sua principal característica é que estão sempre sob questionamento e reconstrução, quer isso se dê de modo gradual como entende Karl Popper (1975), quer por meio de revoluções como entende Thomas Kuhn (1997). Tampouco aqui, porém, se trata de um exercício de poder arbitrário, e sim de salvaguarda contra o controle ou manipulação por grupos de interesse parciais do bem social coletivo que é o saber.

Rudolf Steiner doutorou-se em Filosofia (1891) com uma tese em epistemologia, publicada depois como *Verdade e Ciência* (STEINER 1985). Por um lado cabe a pergunta: como não saberia do que estava falando? Por outro, porém, também cabe: essa sua concepção epistemológica passa pelo critério consensual atual?

Parece que até recentemente ninguém tinha conseguido se dedicar a essa questão com serenidade e equilíbrio, mas creio que isso foi conseguido por outro cientista social e da educação alemão, Heiner Barz (1994). Assinale-se que Barz fez a formação de professor Waldorf completa, como embasamento para suas pesquisas. Seu balanço final é, *grosso modo*, o de que há elementos verdadeiramente preciosos na obra gnosiso-epistemológica de Steiner, que efetivamente trazem respostas a certas carências de nossa época, principalmente lá onde é mais próxima de Goethe e de sua fisiognomia da gestualidade (idem:4.10, 6.2) – mas de modo nenhum chega a passar uma “carta branca epistemológica” à totalidade da obra de Steiner. Entre outras coisas, Barz volta a assinalar, como tantos já fizeram antes, que parece haver incompatibilidades entre sua obra antes e depois do envolvimento com o movimento teosófico, aos 41 anos.

Como tradutor da sua última obra anterior a esse envolvimento, *A filosofia mística nos séculos XIII a XVI e sua e sua relação com a concepção-de-mundo moderna*, de 1901,<sup>4</sup> bem como de diversas obras posteriores, creio ter uma hipótese a compartilhar sobre qual seria o pomo da discórdia. Até nesta obra, Steiner oferece uma teoria da atividade cognitiva interior baseada em dados reconhecíveis a qualquer pessoa habituada aos processos filosóficos de introspecção. Pode-se discordar da interpretação pelo menos aparentemente neoplatônica que Steiner faz dos processos psíquicos observados, mas há que se concordar que sua descrição dos processos é em si acurada. Trata-se da mesma coisa já discutida na seção 1.7.1 (*A observação empática como método de investigação*) da monografia-mãe deste artigo (RICKLI 2009).

A partir de seu oitavo livro, porém (*Cristianismo como fato místico e os mistérios da antigüidade* – STEINER 1996), Steiner dá um novo passo em sua obra pública (pois segundo sua autobiografia [idem 2006] isso não seria novo em sua vida privada): passa a tratar um determinado tipo de imagens acessadas por introspecção como fonte válida para descrições que se pretendem objetivas de fatos afastados no tempo e no espaço, recorrendo ao conceito hindu e teosófico de *akasha* (ou *acacha*), que seria uma dimensão da realidade onde estaria preservado em “substância etérica” um substrato de informação de *todos* os acontecimentos passados.

Um tal conceito está necessariamente excluído do campo da *ciência*? Eu diria que *teoricamente* não, pois talvez um dia isso ainda venha a ser amplamente demonstrado; mas na prática, pelo menos em nossa época, sim, está excluído.

Esclarecendo: ao contrário do que muitos pensam, não é a mensurabilidade (ser passível de ser pesado, medido, contado) que é o critério decisivo em ciência hoje, e sim a *intersubjetividade*. Ou seja: para que um dado possa ser considerado parte da ciência, ele tem *no mínimo* que ser compartilhado por um número estatisticamente significativo de pessoas que tenham chegado a ele de modo independente (isto é, não através de um crer no relato do outro). Para isso é que, nos casos em que experimentos controlados são possíveis, espera-se a repetição dos experimentos em vários locais, antes que a coletividade científica passe a tratar os resultados como pelo menos provisoriamente estabelecidos.

---

<sup>4</sup> No prelo; tradução de STEINER 1977. Trata-se do GA 7 (sétimo volume das obras completas em alemão).

Rudolf Steiner afirmava que todo e qualquer ser humano pode desenvolver a capacidade de consultar os registros acâchicos, o que permitiria chegar à intersubjetividade requerida. Mas aqui encontramos dois senões: se não ainda antes, essa sua afirmação foi feita em 1904 (STEINER 2004a; 2004b) – ou seja, há mais de 100 anos – e não há sinais de que um número considerável de sujeitos tenham chegado independentemente a quadros compatíveis através da pesquisa acâchica; ao contrário, a incompatibilidade é a regra entre os relatos dos que alegam ser capazes desse tipo de acesso.<sup>5</sup>

Segundo, não podemos saber o que Rudolf Steiner diria desta objeção, mas ao que parece *todas* as exposições que faz de métodos de desenvolvimento das habilidades de acesso aos “planos superiores” (e são incontáveis ao longo de sua vasta obra) contêm como constante *um* elemento bastante para fazê-los inaceitáveis aos critérios de cientificidade atuais: a afirmação de que o estudo de resultados anteriores é parte do método de desenvolvimento da mente como instrumento de investigação da ciência espiritual. Ora, conhecendo-se como se conhece hoje o tremendo poder que a mente tem não só de criar imagens e enredos como também de *encenar* do modo mais vívido enredos e recombinações de enredos recebidos de fora – e de tal modo que as formas e as fontes originais se tornam totalmente irreconhecíveis – vemos que tal condição realmente inviabiliza de modo absoluto o reconhecimento desse caminho como método científico.<sup>6</sup>

Isto *não* equivale a afirmar que as informações oferecidas por Rudolf Steiner sobre esses planos ou através deles são falsas – e tampouco esta última asserção equivale a dizer que elas são verdadeiras. A questão é justamente que elas permanecem fora do alcance de todo e qualquer método – quer material, quer mental – de pô-las à prova, isto é: de tentar provar que são falsas e ver se elas resistem à prova.<sup>7</sup> E com isso, pelo menos por enquanto, todas as afirmações feitas com base na pesquisa acâchica e não corroboradas por pesquisas

---

<sup>5</sup> Esta afirmação não pode ser referenciada a uma fonte pois se baseia em décadas de leituras de obras das mais diversas correntes que alegam acesso a planos espirituais, bem como de conversas pessoais com seguidores de diferentes correntes.

<sup>6</sup> Teríamos inúmeros exemplos quanto a essa capacidade de encenação, que precisarão ser deixados para algum estudo específico, a ser realizado algum dia. Mencione-se apenas a descrição de diversas visões da mística medieval Hildegard von Bingen em PERNOUD 1996. Essas visões foram avaliadas por agentes do Vaticano como autênticas por serem compatíveis em todos os detalhes com as doutrinas oficiais da igreja – e de fato, se lidas com atenção revelam ser *exclusivamente* representações alegóricas dessas mesmas doutrinas, evidentemente conhecidas de antemão por Hildegard em sua qualidade de religiosa graduada.

<sup>7</sup> Estou usando aqui a concepção de Karl Popper (op.cit.) do que seja o provar científico, uma concepção que considero ao mesmo tempo sábia, bela (harmoniosa), e *amorosa*. A leitura do texto de Popper pode não causar essa impressão, mas é assim que ela se mostra uma vez a tenhamos extraído do texto e ela esteja viva em nós. Desenvolvi um pouco essa visão pessoal da concepção popperiana básica em RICKLI 2003.

convencionais *permanecem no domínio da fé* – da opção feita por de cada pessoa no sentido de dar (ou não) um crédito de confiança ao relato de outro.

Ninguém que tenha um mínimo de sensibilidade e conhecimento antropológicos há de negar a dignidade do campo da fé, e o direito do ser humano a ela. Mas ao mesmo tempo é a própria razão-de-ser da ciência buscar as coisas por um caminho diferente do da fé: entre as duas há que haver *respeito e convívio* – como entre tudo mais – mas não confusão, pois, em havendo, a ciência se desnatura de imediato, e portanto simplesmente deixa de existir. Também aqui, convívio é respeito ao outro *em sua diferença e especificidade*.

Resumindo para chegar a proposições práticas: há três tipos de elementos no legado de Rudolf Steiner:

- (A) práticas que podem ser julgadas pelos seus resultados em si – independente de que as razões que encontramos em suporte delas coincidam com as oferecidas por Rudolf Steiner ou sejam outras;
- (B) informações e elaborações teóricas que, analogamente, já foram ou podem vir a ser corroboradas por meios reconhecidos mais ou menos consensualmente como científicos *em nossa época* – mais uma vez, independente da coincidência ou não com a fundamentação apresentada pelo próprio Rudolf Steiner;
- (C) informações e elaborações teóricas que se situam claramente fora do campo de possibilidade de contestação, e portanto também do campo de possibilidade de confirmação.<sup>8</sup>

Com esses três tipos de legados são logicamente possíveis as seguintes quatro atitudes; marcarei cada uma delas com um RÓTULO para fins práticos *apenas dentro dos limites desta discussão* – ou seja: não se trata de nenhuma definição do que seja, p.ex., “ceticismo”.

Uma das atitudes se refere exclusivamente aos legados dos tipos A e B:

AB CIÊNCIA : com os legados dos tipos A e/ou B podemos efetivamente *fazer ciência* no sentido consensual atual.

---

<sup>8</sup> Contestação é a tentativa de *refutação*. No jargão popperiano costuma-se dizer “falsificar” ou “falsear” em lugar de “refutar”. Esse “falsificar” não tem nada a ver como “adulterar”, e sim com encontrar evidências que “tornam falsa” uma suposição ou asserção anterior, em oposição a “verificar” (“tornar verdadeiro”) para o que chamei acima de “confirmação”. Como evito usar esse jargão por considerá-lo lingüisticamente inadequado, alguns podem não reconhecer que é de fato o critério de Popper o que estou aplicando.

Com os legados do tipo C podemos ter três atitudes:

- C.1 “FÉ”: dar um voto de confiança a quem relatou (no caso, a Rudolf Steiner), optando por agir COMO SE tivéssemos certeza de algo não comprovado e de que tampouco temos experiência direta.<sup>9</sup>
- C.2 “APRECIÇÃO POÉTICA”: tomar conhecimento desses conteúdos como quem lê mitologias, histórias de ficção ou alegorias poéticas, sem “lutar contra eles” mas também sem requerer-se nenhuma obrigação de aceitá-los literalmente.
- C.3 “RECUSA CÉTICA”: optar por nem querer tomar conhecimento. (Técnicamente seria mais correto falar aqui de “agnosticismo” que de “ceticismo”, porém isso induziria a confusão devido ao uso corrente dessa palavra com sentido um tanto diverso).

**Todas as nossas realizações acadêmicas têm necessariamente que andar com os dois pés nitidamente dentro do campo AB** – mas podem ainda receber contribuições laterais do campo C.2 (“APRECIÇÃO POÉTICA”), isto é: tomando dados do campo C como discurso inspirador indireto – metafórico, poético, alegórico, etc. –, que é o que já se faz na academia com relatos como, por exemplo, o mito dos andróginos em *O Banquete* e a alegoria da caverna em *A República*, do tão respeitado Platão, ou, mais próximo, o mito da idade de ouro em Rousseau.

A atitude do tipo C.1 (“FÉ”) é um direito de cada ser humano em sua vida privada – incluindo nessa “vida privada” a possibilidade de freqüentar agremiações destinadas especificamente ao cultivo de crenças em comum – mas *de modo nenhum* pode ser trazida para dentro do fazer científico (tão pouco quanto poderia ser trazida para a discussão científica, quer como tema principal quer como elemento de apoio, a asserção de que a Virgem Maria ascendeu corporalmente aos céus – embora o fato de que alguém tenha essa crença possa ser objeto de estudos antropológicos, psicológicos, históricos e ainda outros).

Mas aqui temos ainda um segundo tipo de flexibilidade de que se pode fazer uso sem ferir a honestidade, desde que com um grande esforço de consciência para manter claros os limites entre o privado e o público: caso nossa atitude privada seja do tipo C.1, *podemos apresentar os mesmos dados no*

---

<sup>9</sup> Aplicando aqui o gesto básico da *Filosofia do Como Se* de Hans Vaihinger, sem porém maiores envolvimento com o *corpus* total dessa filosofia.

*nosso fazer científico como sendo do tipo C.2* – assim como quem fala “quando a Virgem Maria subiu aos céus” como imagem poética, sem nenhum laivo de afirmação dogmática. Mas não é demais insistir: isso exige extremo cuidado para não esquecer por nem um instante qual é o jogo que se está jogando nesse momento, e quais suas regras.<sup>10</sup>

A atitude do tipo C.3 (“RECUSA CÉTICA” ou “nem querer saber”) também é um direito de todos, mas é de certa forma empobrecedora. Se vou trabalhar com uma determinada prática pedagógica que Rudolf Steiner tenha ligado, digamos, ao “princípio mercurial”, e eu, sabedor de que isso é linguagem da alquimia medieval, penso “isso é bobagem superada, nem quero saber o que eles queriam dizer com ‘mercúrio’ pois para mim mercúrio é outra coisa” – seguramente minha prática vai ficar mais pobre. Barrar a entrada de alguma informação jamais poderia nos *enriquecer*, e por outro lado dar entrada a uma informação não significa necessariamente acreditar nela. Eu *poderia* ter ganho conhecimento sobre conceito medieval de “mercurial” como metáfora de algo, sem necessariamente *acreditar* em nada.

Mas ainda é preciso reconhecer que atitudes do tipo “FÉ”, caso se tornem impositivas tanto mediante pressão quanto mediante chantagem emocional (“você *tem* que dar um crédito de confiança de que isso é assim, mesmo que você ainda não capte diretamente”; “não posso acreditar que *você* não tenha sensibilidade para isso”) podem facilmente provocar a retirada do outro para o campo “RECUSA CÉTICA” como refúgio da liberdade interior – e nesse caso, de modo aparentemente paradoxal, o cético estará mais próximo da postura do próprio Rudolf Steiner que o cultor da fé.<sup>11</sup>

Duas observações para finalizar estas considerações: a primeira é que tenho a impressão que já vem sendo bastante usada, tacitamente, a tática de trabalhar com informações antroposóficas no campo A+B (ciência) com aportes do tipo C.2 (poesia) numa espécie de campo de indeterminação, sem explicitar se em nossa vida privada nossa atitude é, ou tende mais, para a fé ou para o ceticismo. É um compromisso de trabalho válido – mas sem dúvida será mais honesto e mais seguro para todos os envolvidos que passe a ser assumido com consciência e explicitamente como tal, não dando chance à entrada de destru-

---

<sup>10</sup> Este é um exemplo da aplicação do pensamento de Johan HUIZINGA em *Homo Ludens* (1980), já referido no início de 1.11.

<sup>11</sup> Conforme a noção de liberdade absoluta como valor máximo da vida espiritual, encontrada nas diversas obras de Steiner sobre a proposta da Trimembração Social, mas já antes, e de modo especialmente intenso, na palestra *Como é possível vencer a penúria de alma dos nossos tempos?* (STEINER 2005)

tividade na forma de falas do tipo: “mas o que você está fazendo aqui, se na verdade nem acredita?” ou “imagine que ela acredita nisso literalmente!”.

A segunda é que isto nos mostra mais uma vez o campo do estético, artístico ou lúdico (pois esse é o caráter de C.2) como campo por excelência da *mediação* – capaz de pôr em contato de fazer interagir de modo proveitoso até mesmo o que por natureza é incompatível – trazendo à baila mais uma vez uma concepção de Schiller (2002) tantas vezes ecoada pelo próprio Rudolf Steiner.<sup>12</sup>

## Referências

BARZ, Heiner. **Anthroposophie im Spiegel von Wissenschaftstheorie und Lebensweltforschung. Zwischen lebendigem Goetheanismus und latenter Militanz.** Weinheim: Deutscher Studienverlag, 1994.

BARZ, Heiner; RANDOLL, Dirk (orgs.). **Absolventen von Waldorfschulen. Eine empirische Studie zu Bildung und Lebensgestaltung.** Wiesbaden: VS Verlag, 2007.

EN.WIKIPEDIA. **Waldorf education.** Disponível em <[http://en.wikipedia.org/wiki/Waldorf\\_education](http://en.wikipedia.org/wiki/Waldorf_education)>. Acesso em 12 ago.2007.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens.** São Paulo: Perspectiva, 1980.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

PERNOUD, Régine. **Hildegard de Bingen, a consciência inspirada do século XII.** São Paulo: Rocco, 1996.

PLANS. **People for Lay and Non-sectarian Schools.** Disponível em <[www.waldorfcritics.org](http://www.waldorfcritics.org)>. Acesso em 13 ago. 2007.

POPPER, Karl. **A lógica da investigação científica.** Os Pensadores XLIV. São Paulo: Abril, 1975.

RICKLI, Ralf. **Trópis e Antroposofia em diálogo: três artigos e um epílogo.** São Vicente: Trópis, 2003. Também disponível em <<http://www.tropis.org/sofia/trop-antrop1.html>>.

\_\_\_\_\_. **Aos que podem salvar o mundo: a Filosofia e Pedagogia do Convívio e seu apelo por uma nova consciência & arte dos pais.** 2009. 256 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia da Arte da Paz - pós-graduação *lato sensu* em Educação Infantil pela abordagem Waldorf). Universidade de Santo Amaro, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Escola Nova, Teosofia, UNESCO e Pedagogia Waldorf: um enredo novelesco e suas possíveis lições.** São Paulo: Trópis, 2009. Disponível em <<http://www.tropis.org/pedagogia-ocultismo.doc>>

---

<sup>12</sup> Há um interessante contraponto ao fato de a Pedagogia Waldorf ter sido fundamentada por Rudolf Steiner em um discurso de natureza ocultista: os principais organizadores do movimento internacional pela Nova Educação que se desenvolveu ao mesmo tempo que a Pedagogia Waldorf, também conhecido como Escola Nova, eram membros da Sociedade *Teosófica*. Apesar disso, esse movimento contou com a participação de pedagogos e cientistas que não eram teósofos, como A.S. Neill, John Dewey e Jean Piaget, e além disso foi desembocar na criação da UNESCO em 1946 (BREHONY 2004, IWAMA 1998). Isso aponta para um campo de pesquisa e reflexão de bastante relevância para o tema que se acaba de expor: a comparação dos procedimentos do movimento teosófico e do antroposófico com relação tanto ao mundo acadêmico quanto à questão da renovação da educação. As informações históricas e uma primeira formulação da questão se encontram em meu recente artigo *Escola Nova, Teosofia, UNESCO e Pedagogia Waldorf: um enredo novelesco e suas possíveis lições* (RICKLI 2009).

SAB. **Sete mitos da inserção social do ex-aluno Waldorf.** São Paulo: Sociedade Antroposófica no Brasil, 2007. Disponível em <<http://www.sab.org.br/pedagwal/artigos/mitos.htm>>. Acesso em 12 set. 2009.

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem.** 4. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.

STEINER, Rudolf. **Die Mystik im Aufgange des neuzeitlichen Geisteslebens.** GA 7. Edição de bolso. Dornach: Rudolf Steiner Verlag, 1977.

\_\_\_\_\_. **Verdade e Ciência.** Tese de doutoramento apresentada em 1891 à Universidade de Rostock. GA 3. São Paulo: Editora Antroposófica, 1985.

\_\_\_\_\_. **O cristianismo como fato místico e os mistérios da antigüidade.** GA 8. 2. ed. São Paulo: Antroposófica, 1996.

\_\_\_\_\_. **Teosofia.** GA 9. 7. ed. São Paulo: Editora Antroposófica, 2004.

\_\_\_\_\_. **O conhecimento dos mundos superiores.** GA 10. 6. ed. São Paulo: Editora Antroposófica, 2004.

\_\_\_\_\_. Como é possível vencer a penúria de alma dos nossos tempos? In: **O vínculo entre os vivos e os mortos e outras conferências em tempo de guerra.** GA 168. Tradução de Ralf Rickli. São Paulo: Sociedade Antroposófica no Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **Minha vida.** GA 28. São Paulo: Editora Antroposófica, 2006.

ULLRICH, Heiner. **Wissenschaft als rationalisierte Mystik. Eine problemgeschichtliche Untersuchung der erkenntnistheoretischen Grundlagen der Anthroposophie.** Em **Neue Sammlung. Vierteljahres-Zeitschrift für Erziehung und Gesellschaft** (Stuttgart), n. 28, 1988, p.168-194.

\_\_\_\_\_. *Rudolf Steiner.* Em **Prospects: the quarterly review of comparative education.** UNESCO: International Bureau of Education, Paris, vol.XXIV, n.3/4, 1994, p. 555-572. Disponível em <<http://www.ibe.unesco.org/publications/ThinkersPdf/steinere.pdf>>. Acesso em 06 set. 2009.

WALDORF ANSWERS. **Applying Waldorf methods in U.S. public schools.** Disponível em <<http://www.waldorfanswers.com/PublicWaldorf.htm>>. Acesso em 12 set. 2009.